COMISSÃO GERAL DE PARECERES

Parecer nº 41/2025, do Projeto de Lei nº 41/2025 do Poder Executivo.

I – Relatório: Conforme se vislumbra pelo conteúdo do projeto apresentado, o Poder Executivo busca autorização do Poder Legislativo para a criação do Conselho Municipal da Pessoa Idosa e o Fundo Municipal da Pessoa Idosa do Município de Charrua. A criação do Conselho e do Fundo está alinhada ao Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10.741/2003) e à Política Nacional do Idoso (Lei Federal nº 8.842/1994), que reconhecem a importância da descentralização das políticas públicas e da participação social no enfrentamento das desigualdades e na promoção dos direitos da pessoa idosa. O conteúdo apresenta subsídios para criação e efetivação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e a gestão do respectivo Fundo Municipal, que visa garantir a implementação de políticas públicas que assegurem a cidadania e a participação plena das pessoas idosas em nosso município. A proposta visa fortalecer a rede de proteção e promover um envelhecimento com dignidade, respeito e participação ativa na sociedade. A criação do Conselho e do Fundo representa um avanço significativo na construção de um município mais justo, inclusivo e preparado para os desafios do envelhecimento populacional.

II - Fundamentação: O projeto se encontra dentro dos ditames legais e devidamente amparado pela Constituição Federal, uma vez que é dever do Governo Municipal, a criação de um Conselho Municipal da Pessoa Idosa, o qual representa instrumento de fortalecimento da participação popular e do controle social das políticas públicas, em conformidade com os princípios da Administração Pública. O Fundo Municipal funcionará como instrumento financeiro de apoio às ações do Conselho, possibilitando a captação de recursos próprios, estaduais, federais e de doações da iniciativa privada, inclusive com incentivos fiscais, conforme regulamentações federais vigentes. O Projeto de Lei proposto está em sintonia com a Legislação Federal vigente, promove a descentralização das ações públicas, incentiva a participação social e viabiliza a gestão financeira eficiente dos recursos destinados à política municipal do idoso.

Parecer Final: Somos de parecer favorável à aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala de Comissões, em 22 de abril de 2025.

Rogério Luiz Martinello
Relator

Josiane Ferron Rebelatto

Cassiano Rosa Reisner